



Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Concurso Público 2014

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior – Técnico Especializado

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala:
 - a) uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - b) este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber as folhas de respostas da prova objetiva, você deve:
 - a) conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - b) ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - c) marcar nas folhas de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - d) assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
6. O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
7. O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
8. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
9. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
10. Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
11. Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
12. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
13. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
14. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **08/04/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj.
15. O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **09/04/2014** até as 23h59min do dia **10/04/2014**, observado o horário oficial, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/dpge/rj, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

XÓPIS

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente. Mas foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de cidades fechadas e controladas, à prova de poluição, pedintes, automóveis, variações climáticas e todos os outros inconvenientes da rua. Cidades só de calçadas, onde nunca chove, neva ou venta, dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer – enfim, pequenos (ou enormes) templos de consumo e conforto. Os xópis são civilizações à parte, cuja existência e o sucesso dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua.

Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização de lojas e grifes, que são as mesmas em todos, e a sensação de estar num ambiente artificial, longe do mundo real, mas não pode deixar de reconhecer que, se a americanização do planeta teve seu lado bom, foi a criação desses bazares modernos, estes centros de conveniência com que o Primeiro Mundo – ou pelo menos uma ilusão de Primeiro Mundo – se espalha pelo mundo todo. Os xópis não são exclusivos, qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor ou flunar entre as suas vitrines, mas a apreensão causada por essas manifestações de massa nas suas calçadas protegidas, os rolezinhos, soa como privilégio ameaçado. De um jeito ou de outro, a invasão planejada de xópis tem algo de dessacralização. É a rua se infiltrando no falso Primeiro Mundo. A perigosa rua, que vai acabar estragando a ilusão.

As invasões podem ser passageiras ou podem descambar para violência e saques. Você pode considerar que elas são contra tudo que os templos de consumo representam ou pode vê-las como o ataque de outra civilização à parte, a da irmandade da internet, à civilização dos xópis. No caso seria o choque de duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo de mentira que não tem muito a ver com a nossa realidade. O difícil seria escolher para qual das duas torcer. Eu ficaria com a mentira dos xópis.

(Veríssimo, *O Globo*, 26-01-2014.)

QUESTÃO 1

Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*. Essa frase inicial do texto

- (A) mostra uma preocupação com a origem do termo *shopping center*.
- (B) recebe um desmentido na progressão textual.
- (C) tem explicação nas frases seguintes.
- (D) anuncia o tema central do texto.
- (E) antecipa algo cuja discussão será feita no último parágrafo.

QUESTÃO 2

“Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*”. A forma de reescrever-se essa frase do texto que corresponde à estrutura significativa da frase original é:

- (A) Os americanos não foram os que inventaram o *shopping center*.
- (B) Os americanos não foram os inventores do *shopping center*.
- (C) O *shopping center* não tinha sido inventado pelos americanos.
- (D) Não foram os americanos quem inventaram o *shopping center*.
- (E) O *shopping center*, quem o inventou não foram os americanos.

QUESTÃO 3

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, encantado, o Walter Benjamin. Ou, se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Esse segmento do primeiro parágrafo mostra que o autor do texto

- (A) pretende dar uma informação precisa aos leitores.
- (B) tenta mostrar, em sequência cronológica, os antecedentes do *shopping*.
- (C) valoriza os *shoppings*, ao relacioná-los a intelectuais de peso.
- (D) situa a criação do *shopping* na Europa e na Ásia, simultaneamente.
- (E) procura falar, de forma pouco científica, sobre a origem do *shopping*.

QUESTÃO 4

“Seus antecedentes diretos são as galerias de comércio de Leeds, (1) na Inglaterra, e as passagens de Paris pelas quais flanava, (2) encantado, o Walter Benjamin. Ou, (3) se você quiser ir mais longe, os bazares do Oriente”.

Nesse segmento do texto há três ocorrências de uso da vírgula devidamente numeradas; a afirmativa correta sobre o seu emprego é

- (A) as ocorrências se justificam por três razões diferentes.
- (B) as duas primeiras ocorrências se justificam pelo mesmo motivo.
- (C) as três ocorrências se justificam pela mesma regra de pontuação.
- (D) as ocorrências (1) e (3) se justificam pelo mesmo princípio.
- (E) as ocorrências (2) e (3) se justificam pelo mesmo motivo.

QUESTÃO 5

“se você quiser ir mais longe”; a única forma dessa frase que NÃO apresenta um equivalente semântico corretamente expresso é

- (A) caso você queira ir mais longe.
- (B) na hipótese de você querer ir mais longe.
- (C) no caso de você querer ir mais longe.
- (D) desde que você queira ir mais longe.
- (E) conquanto você queira ir mais longe.

QUESTÃO 6

Na frase “se você quiser ir mais longe”, a forma verbal empregada tem sua forma corretamente conjugada. A frase abaixo em que a forma verbal está ERRADA é

- (A) se você se opuser a esse desejo.
- (B) se você requerer este documento.
- (C) se você ver esse quadro.
- (D) se você provier da China.
- (E) se você se entretiver com o jogo.

QUESTÃO 7

A frase abaixo em que a palavra sublinhada apresenta dupla possibilidade de sentido é

- (A) "...e as passagens de Paris pelas quais flanava..."
 (B) "se você quiser ir mais longe..."
 (C) "foram os americanos que aperfeiçoaram a ideia de idades fechadas".
 (D) "Cidades só de calçadas..."
 (E) "dedicadas às compras e ao lazer".

QUESTÃO 8

A forma "xópi" representa

- (A) a forma gráfica autorizada equivalente a *shopping*.
 (B) a tradução literal do inglês *shopping*.
 (C) uma tentativa de grafar a pronúncia de *shopping*.
 (D) uma pronúncia popular do inglês *shopping*.
 (E) uma adaptação culta do inglês *shopping*.

QUESTÃO 9

Ao dizer que os *shoppings* são "idades", o autor do texto faz uso de um tipo de linguagem figurada denominada

- (A) metonímia.
 (B) eufemismo.
 (C) hipérbole.
 (D) metáfora.
 (E) catacrese.

QUESTÃO 10

Ao dizer que os *shoppings* são cidades "só de calçadas", o autor do texto quer expressar a ideia de que nos *shoppings*

- (A) só há tráfego de veículos leves.
 (B) os espaços entre as lojas são bastante amplos.
 (C) o público pode andar em todos os espaços.
 (D) os caminhos são sempre muito bem cuidados.
 (E) todos os cidadãos podem entrar.

QUESTÃO 11

Há, no texto, três ocorrências do acento grave indicativo da crase

- I. "...dedicadas exclusivamente às compras e ao lazer"
 II. "Os xópis são civilizações à parte..."
 III. "...pode vê-las como ataque (...) à civilização dos xópis".

As ocorrências em que o acento grave da crase é resultante da junção de uma preposição solicitada por um termo anterior + artigo definido são:

- (A) I-II-III.
 (B) apenas I-II.
 (C) apenas I-III.
 (D) apenas II-III.
 (E) apenas II.

QUESTÃO 12

No texto aparece a expressão "primeiro mundo" grafada de duas maneiras distintas: "...ou pelo menos uma ilusão de Primeiro Mundo" e "... as duas pertencem a um primeiro mundo de mentira...".

Isso se explica pelo fato de

- (A) ter havido um erro na segunda grafia.
 (B) indicar uma possibilidade de dupla grafia, com o mesmo sentido.
 (C) criticar a desigualdade social com a primeira grafia.
 (D) ironizar a nossa realidade com a segunda grafia.
 (E) mostrar uma diferença de valor entre as realidades representadas.

QUESTÃO 13

O autor do texto prepara informações pertinentes para que chegue a tratar dos "rolezinhos"; a informação que antecipa uma posição contrária a esse tipo de ocorrência é

- (A) "...qualquer um pode entrar num xópi"
 (B) "...dependem, acima de tudo, de não serem invadidas pelos males da rua".
 (C) "...idades fechadas, à prova de (...) inconvenientes da rua".
 (D) Não foram os americanos que inventaram o *shopping center*.
 (E) "Dentro dos xópis você pode lamentar a padronização..."

QUESTÃO 14

Segundo o autor do texto, os "rolezinhos" são movimentos que

- (A) impedem que o Primeiro Mundo chegue até nós.
 (B) demonstram o elitismo desses templos do consumo.
 (C) indicam que os privilégios não são mais aceitos.
 (D) perturbam nossa ilusão de falso Primeiro Mundo.
 (E) mostram a força dos movimentos sociais pela internet.

QUESTÃO 15

"O difícil seria escolher para qual das duas torcer"; com essa frase, o autor do texto mostra que

- (A) há valores importantes nas duas "potências".
 (B) não reconhece valor em nenhuma das forças.
 (C) não gostaria de tomar partido.
 (D) admite que as duas facções são igualmente fortes.
 (E) constata que são forças radicalmente opostas.

QUESTÃO 16

O texto de Veríssimo pode ser definido mais adequadamente como

- (A) uma análise sociológica de um movimento contemporâneo.
 (B) uma apreciação filosófica sobre aspectos da vida moderna.
 (C) um comentário bem humorado sobre um fato social.
 (D) uma crítica ao elitismo e consumismo de nossa sociedade.
 (E) um alerta contra o agravamento de tensões sociais.

QUESTÃO 17

A alternativa em que o conectivo destacado tem seu valor semântico corretamente indicado é

- (A) "...qualquer um pode entrar num xópi nem que seja só para fugir do calor..." / condição.
 (B) "...para fugir do calor ou flanar entre as suas vitrines..." / comparação.
 (C) "...ou podem descambar para violência e saques..." / finalidade.
 (D) "...seria o choque entre duas potências parecidas, na medida em que as duas pertencem a um primeiro mundo..." / proporcionalidade.
 (E) "Eu ficaria com a mentira dos xópis". / companhia.

QUESTÃO 18

Observe a charge a seguir.



Segundo a charge, o espaço do *shopping* deveria ser reservado:

- (A) aos cidadãos de bem.
- (B) a pessoas mais velhas.
- (C) à elite econômica.
- (D) a pessoas de boa aparência.
- (E) a pessoas brancas.

QUESTÃO 19

Entre as variedades linguísticas há uma que se pode denominar de jargão profissional, na medida em que revela a atividade de quem a utiliza. Nesse caso, o que mostra o jargão do policial é

- (A) o emprego dos verbos no imperativo.
- (B) a utilização do vocábulo “procedimento”.
- (C) o uso de formas de polidez, como “por favor”.
- (D) a objetividade das frases, sem maiores explicações.
- (E) a ilegalidade da cobrança aos jovens.

QUESTÃO 20

O texto de Veríssimo fala dos “inconvenientes das ruas”, que prejudicariam o *shopping*. No caso da charge, esse inconveniente seria hipoteticamente

- (A) a grande presença de pessoas que nada compram.
- (B) a possibilidade de atitudes que perturbassem a tranquilidade.
- (C) a grande afluência de jovens.
- (D) o risco de saques às lojas.
- (E) a poluição sonora e visual.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL**QUESTÃO 21**

Em 2015 a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro terá um novo chefe. De acordo com a Lei Complementar nº 80/94, o Defensor Público Geral

- (A) deverá ter mais de 35 anos de idade e mais de 5 anos na carreira.
- (B) terá mandato de 4 anos, coincidente com o mandato do Governador do Estado.
- (C) será nomeado pelo Governador escolhido em lista tríplice para mandato de 2 anos, não sendo permitida sua recondução.
- (D) deverá ter mais de 35 anos de idade e ser estável na carreira, não podendo pertencer à classe inicial da carreira.
- (E) deverá ter mais de 35 anos de idade, ser estável na carreira, escolhido em lista tríplice formada pelo voto dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 22

Tício, servidor público estatutário do Rio de Janeiro, faleceu deixando como dependentes sua genitora Iolanda, seu filho Matheus de 6 anos e sua esposa Maria.

De acordo com a Lei Estadual nº 5260/08, a divisão da pensão por morte se dará da seguinte forma:

- (A) 50% para Maria, 25% para Matheus e 25% para Iolanda.
- (B) 50% para Matheus, 25% para Iolanda e 25% para Maria.
- (C) 50% para Maria e 50% para Matheus.
- (D) 33,3% para Maria, 33,3% para Matheus e 33,3% para Iolanda.
- (E) 50% para Iolanda e 50% para Maria.

QUESTÃO 23

Com base na Lei Complementar nº 06/77, compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

- (A) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Subdefensor Público Geral.
- (B) apresentar ao Defensor Público Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
- (C) indicar ao Governador os 6 nomes dos membros da classe mais elevada da carreira para que dentre esses seja nomeado o Corregedor Geral.
- (D) decidir acerca da destituição do Corregedor Geral pelo voto de 2/3 de seus membros.
- (E) decidir, em grau de recurso, os processos disciplinares dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 24

Preocupado com o expressivo número de ações propostas para compelir a internação em hospitais públicos, o Conselho Superior da Defensoria Pública alterou as atribuições do órgão de atuação de Henrique, Defensor Público Titular, para que ele não pudesse mais ingressar com as referidas ações. Dessa forma há flagrante violação à garantia da:

- (A) estabilidade.
- (B) inamovibilidade.
- (C) indivisibilidade.
- (D) unidade.
- (E) autonomia administrativa.

QUESTÃO 25

Pedro foi atendido pelo Defensor Público André, que entendeu não ser Pedro um hipossuficiente econômico. O Defensor Público deverá

- (A) encaminhar Pedro para seu Defensor Público Tabelar.
- (B) dar ciência ao Corregedor Geral e encaminhar Pedro para um Advogado.
- (C) dar ciência ao Defensor Público Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar.
- (D) encaminhar Pedro para a Corregedoria, que decidirá se o Defensor Público deve ou não atendê-lo.
- (E) encaminhar Pedro para a Ouvidoria Geral.

QUESTÃO 26

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 80/94 e na Lei Complementar nº 06/77, o Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro será escolhido pelo

- (A) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre quaisquer cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.
- (B) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Corregedor Geral.
- (C) Defensor Público Geral, dentre cidadãos de reputação ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) Governador do Estado, dentre cidadãos de conduta ilibada indicados em lista tríplice formada pelo Defensor Público Geral.
- (E) Conselho Superior da Defensoria Pública, dentre cidadãos de reputação ilibada, não integrantes da carreira, indicados em lista tríplice formada pela sociedade civil.

QUESTÃO 27

O ingresso na carreira da Defensoria Pública do Rio de Janeiro far-se-á no cargo de Defensor Público Substituto mediante aprovação em concurso público de provas e títulos. O candidato aprovado no concurso, respeitada a ordem de classificação e o número de vagas existentes, será

- (A) nomeado pelo Governador.
- (B) nomeado pelo Defensor Público Geral.
- (C) nomeado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (D) empossado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.
- (E) empossado pelo Governador após nomeação pela banca de concurso.

QUESTÃO 28

Para ser considerado hipossuficiente econômico nos termos da Lei 1060/50, deverá a parte

- (A) comprovar na petição inicial que percebe salário igual ou menor que o dobro do mínimo legal.
- (B) afirmar na petição inicial que não possui vínculo empregatício formal, de qualquer natureza.
- (C) comprovar na petição inicial que é isento do imposto de renda.
- (D) afirmar na petição inicial que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.
- (E) afirmar na petição inicial que não possui renda, imóvel ou aplicação financeira em nome próprio ou de familiares.

QUESTÃO 29

Durante apuração sumária por meio de sindicância, de ato cometido por Francisco, foi evidenciada falta punível com pena superior à de suspensão por mais de 30 dias. Nesse caso

- (A) o responsável pela apuração deve comunicar o fato ao superior imediato, que solicitará a instauração de processo administrativo disciplinar.
- (B) a autoridade que houver promovido a sindicância, configurada a irregularidade, aplicará de imediato a pena disciplinar cabível.
- (C) a instauração de sindicância impede a adoção imediata das medidas acatelasórias.
- (D) a apuração sumária por meio de sindicância deve seguir o rito determinado para o processo administrativo disciplinar.
- (E) não será necessária a instauração de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que o mesmo é exigido para penas mais graves.

QUESTÃO 30

A Defensoria Pública ingressou com ação em face do Município do Rio de Janeiro para garantir o acesso do assistido a medicamentos. Em sendo vitorioso, o Defensor Público, no tocante às verbas de sucumbência, deverá

- (A) abster-se de executá-las, tendo em vista que a Defensoria Pública ocupa posição equivalente à de secretaria de Estado.
- (B) abster-se de executá-las, tendo em vista que é vedado ao Defensor Público receber verbas de sucumbência em razão de suas atribuições.
- (C) executá-las, tendo em vista que as verbas de sucumbência são devidas por quaisquer entes públicos.
- (D) executá-las, quando for comprovada a omissão dolosa por parte do Município.
- (E) abster-se de executá-las, tendo em vista a ocorrência do instituto da confusão, por se tratar de entes públicos.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição da República, são órgãos do Poder Judiciário, dentre outros,

- (A) os Juízos, as Promotorias de Justiça e a Defensoria Pública.
- (B) os Tribunais, o Ministério Público e as Procuradorias Municipais, Estaduais e Federais.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas da União.
- (D) o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais e Juízos do Trabalho.
- (E) os Tribunais e a Defensoria Pública (da União e dos Estados).

QUESTÃO 32

O remédio constitucional previsto na Constituição da República para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, chama-se

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de injunção.
- (C) *habeas corpus*.
- (D) *habeas data*.
- (E) ação popular.

QUESTÃO 33

Processo legislativo é o conjunto de regras procedimentais previstas na Constituição, tendentes a regulamentar a elaboração das espécies normativas. Nesse contexto, destaca-se a:

- (A) emenda à Constituição, cuja proposta é discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) medida provisória, que é adotada pelo Presidente da República, em caso de oportunidade e conveniência, com força de lei, tendo o Congresso Nacional prazo máximo de 180 dias para convertê-la em lei ou rejeitá-la.
- (C) lei ordinária, sendo que o projeto de lei aprovado por maioria absoluta em uma Casa é revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção.
- (D) lei complementar, a qual tem objetivo de complementar leis anteriores em matéria processual, dispendo sobre procedimentos administrativos ou judiciais.
- (E) lei delegada, que é adotada pelo Presidente da República, o qual delega para o Congresso Nacional competência para elaboração de lei cuja iniciativa originária era do Poder Executivo.

QUESTÃO 34

Direitos políticos são instrumentos previstos na Constituição, através dos quais se manifesta a soberania popular, viabilizando a participação do cidadão na coisa pública. Como exemplo desses direitos políticos, a Constituição assegura:

- (A) o voto indireto e secreto, com valor igual para todos.
- (B) o sufrágio universal e o voto direto, obrigatório para os maiores de dezoito anos e menores de sessenta anos.
- (C) o voto facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos, bem como pessoas maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (D) a ação popular, que consiste em um processo iniciado por, no mínimo, 1% do população nacional, para destituir administradores ímprobos.
- (E) o plebiscito ou o referendo, nos quais o cidadão decide diretamente qual será o rumo legislativo sobre matéria de relevância nacional, sem qualquer participação do Poder Legislativo durante o processo legislativo.

QUESTÃO 35

Luiz deseja submeter-se a concurso público para ingressar no serviço público estadual. Em matéria de disposições gerais da Administração Pública, a Constituição da República prevê que

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- (B) o exercício de função pública sem prévio concurso público é possível, como nas hipóteses de nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável.
- (D) as funções de confiança destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, sendo tais cargos declarados em lei de livre nomeação e exoneração, podendo recair sobre pessoa não concursada.
- (E) os casos de contratação excepcional de pessoal sem concurso público por tempo determinado ocorrem para atender à necessidade da Administração Pública quando não houver concurso público em andamento.

QUESTÃO 36

Tendo em vista as diversas competências, responsabilidades e atividades incumbidas ao poder público, a Administração Pública pode atuar de forma centralizada (quando executa suas tarefas diretamente) ou descentralizada (quando o faz delegando a terceiros, na forma da lei). Nesse contexto, fazem parte da Administração Indireta, dentre outros,

- (A) os órgãos dos Ministérios (em nível federal, que dão suporte à Presidência da República), das Secretarias Estaduais (em âmbito estadual, dando apoio ao Governador) e das Secretarias Municipais (na esfera municipal, assessorando os Prefeitos).
- (B) as autarquias públicas, empresas públicas e fundações privadas que prestam serviços públicos.
- (C) as empresas privadas contratadas, após regular procedimento licitatório, para prestar serviços públicos essenciais.
- (D) as concessionárias que prestam serviços públicos.
- (E) as fundações públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

QUESTÃO 37

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, são elementos ou requisitos do ato administrativo

- (A) agente, conteúdo, forma, prazo e objetivo.
- (B) agente, motivação, conteúdo, prazo e finalidade.
- (C) competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- (D) competência, objetivo, publicação, forma e motivação.
- (E) parte, objeto, forma, fundamentação e publicação.

QUESTÃO 38

Pedro, servidor público estadual do Poder Executivo, foi injustamente demitido por falta grave, após processo administrativo disciplinar, sendo acusado de receber propina. Pedro buscou assistência jurídica na Defensoria Pública e, após longo processo judicial, que durou quatro anos, o Poder Judiciário reconheceu que Pedro não praticara o ato que lhe fora imputado, determinando seu retorno ao serviço, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens, bem como reconhecimento dos direitos ligados ao cargo. O nome dado à forma de provimento de cargo determinada na decisão judicial é

- (A) nomeação.
- (B) retorno.
- (C) aproveitamento.
- (D) reintegração.
- (E) readaptação.

QUESTÃO 39

As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei. De acordo com o valor e a natureza do serviço ou bem a ser contratado, o legislador estabeleceu determinada modalidade de licitação, com seu respectivo procedimento. Nesse contexto, são modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93:

- (A) concessão, permissão, autorização, convite e leilão.
- (B) concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão.
- (C) concessão, tomada de preços, convite, pregão e alienação.
- (D) concorrência, tomada de preços, convite, locação e maior lance.
- (E) pregão, carta convite, dispensa, inexigibilidade e habilitação.

QUESTÃO 40

O tratamento constitucional dado em matéria de responsabilidade civil do Estado é no sentido de que

- (A) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo prescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (B) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (C) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo imprescindível a demonstração do dolo ou culpa.
- (D) apenas as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.
- (E) apenas as pessoas jurídicas da administração direta e indireta responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, havendo o direito de regresso contra o agente nos casos de dolo ou culpa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 41**

No dia 01/01/X1 a empresa XYZ contratou a empresa ABC para desenvolver um sistema de informática integrado. O valor orçado inicialmente para o desenvolvimento do sistema foi de \$ 600.000, com o prazo de 12 meses para a conclusão. O pagamento do serviço ocorrerá seis meses após a conclusão do trabalho e será feito em parcela única. No transcorrer da implantação do sistema, o valor foi reduzido para \$ 580.000 e o sistema foi entregue em 31/10/X1.

No dia 01/11/X1 foram identificados problemas em sua utilização, dado o envio incompleto de informações por parte da empresa XYZ. Isso gerará mais dois meses de trabalho para que o sistema funcione adequadamente. A empresa ABC cobrará mais R\$ 30.000,00 pelos ajustes.

O registro da operação no mês de outubro é

- (A) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – contas a pagar – R\$ 580.000
- (B) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – contas a pagar – R\$ 600.000
- (C) D – ativo intangível – R\$ 610.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (D) D – ativo intangível – R\$ 600.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 10.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000
- (E) D – ativo intangível – R\$ 580.000
C – outras despesas operacionais – R\$ 30.000
C – contas a pagar – R\$ 610.000

QUESTÃO 42

A Companhia Revender vendeu um serviço de instalação elétrica à empresa Sem Luz. Para a execução do serviço, a Revender contratou a empresa Azarada para prestar o serviço. Durante a prestação de serviço, por descuido dos funcionários da Azarada, houve um curto circuito, ocasionando um incêndio no prédio da Sem Luz. Devido ao ocorrido, a Sem Luz entrou com um processo judicial indenizatório cobrando o valor de \$ 200.000 por danos materiais contra a Revender. Por sua vez, a Revender entrou com um processo no mesmo valor contra a Azarada.

O advogado da Revender informou que o processo movido pela Sem Luz é uma contingência com perda provável de \$ 100.000. Quanto ao processo judicial contra a Azarada, segundo a avaliação do advogado, é possível que a integralidade da indenização seja recebida pela Revender.

Considerando o caso acima, o registro na contabilidade da Revender é

- (A) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (B) D – despesas operacionais (DRE) - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (C) D – contingências ativas (Ativo) - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 200.000
- (D) D – contingências ativas - \$ 100.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
- (E) D – contingências ativas - \$ 200.000
C – provisões para riscos cíveis (Passivo) - \$ 100.000
C – outras receitas operacionais (DRE) - \$ 100.000

QUESTÃO 43

A Companhia Acima, líder no setor de brinquedos, está em processo para adquirir o controle da empresa concorrente Aolado. A ideia da Companhia Acima é adquirir 100% das ações da empresa e retirar o mais rápido possível de circulação a marca "Aolado". O valor da marca, registrado como um intangível no balanço da Aolado, é de R\$ 550.000. Todavia, especialistas constataram que outras empresas do setor de brinquedos estariam dispostas a pagar R\$ 2.500.000 pela marca "Aolado", considerando-se esse, portanto, o valor justo para o referido ativo.

Caso a operação ocorra, o Balanço Patrimonial da Companhia Acima

- (A) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada no grupo de Intangível com o valor de R\$ 2.500.000.
- (B) não identificará a marca Aolado como Intangível em suas demonstrações individuais, mas sim no grupo de Investimentos em Controladas. Por outro lado, nas demonstrações consolidadas, a marca Aolado será apresentada como ativo intangível com o valor de R\$ 550.000 e ágio no valor de R\$ 1.950.000.
- (C) não identificará a marca Aolado em nenhuma de suas demonstrações contábeis, uma vez que pretende descontinuar seu uso.
- (D) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 e como Ágio no valor de R\$ 1.950.000, ambos no grupo de Intangível, tanto em suas demonstrações individuais como nas consolidadas.
- (E) identificará a marca no valor de R\$ 550.000 no grupo intangível e como ganho por compra vantajosa (Demonstração de Resultado) no valor de R\$ 1.950.000, ambos em suas demonstrações consolidadas.

QUESTÃO 44

A Indústria Tapertado captou recursos no dia 01/01/X1 com a finalidade de alongar suas dívidas. As informações sobre o empréstimo estão evidenciadas a seguir:

Valor: R\$ 4.000.000,00

Taxa de juros: 10% a. a.

Pagamento: 10 parcelas anuais de R\$ 651.000,00

Custos relacionados à captação (custo de transação): R\$ 170.000,00

O contador, após analisar as condições de financiamento, informou que o custo efetivo da captação de recursos será de 11% a.a.

Com base nessas informações, o impacto na Demonstração do Resultado do Exercício em X1, será

- (A) despesas (DRE) – R\$ 400.000,00
 (B) despesas (DRE) – R\$ 417.000,00
 (C) despesas (DRE) – R\$ 440.000,00
 (D) despesas (DRE) – R\$ 421.300,00
 (E) despesas (DRE) – R\$ 570.000,00

QUESTÃO 45

A empresa comercial Nassombra compra mercadorias nos meses de janeiro, abril, julho e setembro para revender nos meses de maio, junho e dezembro.

Proporcionalmente, a empresa compra em cada um dos quatro meses $\frac{1}{4}$ das mercadorias. Os pagamentos são realizados em cinco vezes, sendo a primeira parcela no momento da compra.

Já as vendas têm a proporção de 25% das mercadorias vendidas em maio, 25% em junho e 50% em dezembro. O recebimento de vendas é em três vezes sem entrada.

MESES	COMPRAS	VENDAS
Janeiro	25%	
Fevereiro		
Março		
Abril	25%	
Maió		25%
Junho		25%
Julho	25%	
Agosto		
Setembro	25%	
Outubro		
Novembro		
Dezembro		50%

Considerando que: 1) a Nassombra possui um caixa inicial equivalente a 30% do valor que será investido em compras de mercadorias no ano; 2) ela coloca 60% de margem para revender os produtos e; 3) não há efeito de tributos, os meses do ano em que a empresa apresentará o melhor índice de liquidez corrente e de liquidez seca, respectivamente, são

- (A) janeiro e abril.
 (B) janeiro e novembro.
 (C) julho e julho.
 (D) dezembro e dezembro.
 (E) julho e agosto.

QUESTÃO 46

Assinale a alternativa que melhor descreve as características das notas explicativas

- (A) fazem parte das demonstrações contábeis e são obrigatórias. Devem, entre outras coisas, prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.
- (B) fazem parte das demonstrações contábeis, mas, assim como o relatório da administração, não são obrigatórias e seu conteúdo fica a critério da empresa.
- (C) não fazem parte das demonstrações contábeis, mas são obrigatórias e devem apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas.
- (D) não fazem parte das demonstrações contábeis, mas são obrigatórias. Contêm informação adicional em relação à apresentada nas demonstrações contábeis. Oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens divulgados nessas demonstrações e informação acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações contábeis.
- (E) são um importante instrumento de informação e são obrigatórias. Nelas ainda devem constar o relatório dos auditores independentes e o parecer do conselho fiscal.

QUESTÃO 47

A empresa Jogajunto possui uma participação de 40% na empresa Senjogo. Outros 15% do capital da Senjogo estão pulverizados nas bolsas de valores BM&F Bovespa e na de Nova York. Os demais 45% estão em posse do banco Investidolar. Desses 45% da Investidolar, a Jogajunto possui uma opção de compra de 20% e que pode ser realizada a qualquer momento.

No ano de X1 a Senjogo obteve um lucro de R\$ 100.000,00. Além disso, a Senjogo possui em seu estoque R\$ 60.000,00 em mercadorias adquiridas da Jogajunto. No balancete da Jogajunto é possível encontrar os seguintes saldos:

Venda de Mercadorias	500.000
Venda de Mercadorias para a Senjogo	60.000
Total de Vendas	560.000
Custo das Mercadorias Vendidas	380.000
Custo das Mercadorias Vendidas para a Senjogo	45.000
Total do CMV	425.000

Considerando apenas as informações acima e desconsiderando qualquer efeito de impostos, o resultado de equivalência patrimonial é

- (A) R\$ 34.000,00.
 (B) R\$ 40.000,00.
 (C) R\$ 45.000,00.
 (D) R\$ 54.000,00.
 (E) R\$ 25.000,00.

QUESTÃO 48

O departamento de contabilidade da Computerbios finalizou todos os lançamentos e conciliações contábeis de 31/12/X1 em 16/01/X2. Duas semanas depois, no dia 30/01/X2, o conjunto das demonstrações contábeis ficaram prontas para apreciação da auditoria externa. A administração examina e autoriza a emissão das demonstrações contábeis no dia 03/02/X2. As demonstrações são disponibilizadas aos acionistas em 15/02/X2 que a aprovam na sua reunião anual de 03/03/X2.

Considerando os fatos acima, os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis incluem todos os eventos até a data de

- (A) 16/01/X2
 (B) 03/02/X2
 (C) 30/01/X2
 (D) 15/02/X2
 (E) 03/03/X2

QUESTÃO 49

Considere os saldos abaixo:

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	8.000
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	15.000
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	?
CAPITAL SOCIAL	55.000
CONTAS A RECEBER	20.000
DEPÓSITOS JUDICIAIS	5.000
DESPESAS ANTECIPADAS	3.000
DISPONIBILIDADES	35.000
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A CONTROLADAS	8.000
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE CURTO PRAZO	32.000
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LONGO PRAZO	51.000
ESTOQUE	27.000
FONECEDORES	20.000
IMOBILIZADO	40.000
INTANGÍVEL	11.000
INVESTIMENTOS	9.000
RESERVAS	6.000
SALÁRIOS A PAGAR	11.500
TRIBUTOS A RECOLHER	1.500

O saldo da conta "Ajuste de Avaliação Patrimonial" é

- (A) 28.000 devedor
 (B) 18.000 devedor
 (C) 12.000 devedor
 (D) 4.000 credor
 (E) 12.000 credor

QUESTÃO 50

A respeito da Demonstração do Valor Adicionado, o Pronunciamento Técnico CPC 09 menciona: "para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida".

O CPC 09 ainda define valor adicionado como "a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade".

A alternativa que relaciona corretamente apenas componentes da distribuição do valor adicionado é

- (A) remuneração direta dos empregados, FGTS, IPTU, alugueis e lucros retidos.
 (B) benefícios aos empregados, remuneração de serviços de terceiros, INSS, ICMS e juros de financiamentos.
 (C) folha de pagamento, tributos federais, estaduais e municipais, prestação paga de arrendamento financeiro, juros sobre capital próprio.
 (D) remuneração dos empregados, impostos, taxas e contribuições, aquisição de mercadorias e remunerações de capitais próprios.
 (E) folha de pagamento, tributos, juros de financiamentos, equivalência patrimonial.

QUESTÃO 51

Considere os dados abaixo:

Custo das mercadorias vendidas	50.000,00
Despesas administrativas	20.000,00
Despesas comerciais	30.000,00
Devoluções de vendas	5.000,00
Imposto de renda e contribuição social	7.000,00
Outras despesas operacionais	10.000,00
Receita de equivalência patrimonial	15.000,00
Receita financeira	10.000,00
Receitas líquidas de vendas	100.000,00

O resultado antes dos tributos sobre lucro é

- (A) 15.000
 (B) 10.000
 (C) 8.000
 (D) 3.000
 (E) (5.000)

QUESTÃO 52

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composta pelos fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03, “o montante dos fluxos de caixa advindos das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão pela qual as operações da entidade têm gerado suficientes fluxos de caixa para amortizar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e juros sobre o capital próprio e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento”.

São três exemplos que têm efeito positivo no fluxo de caixa operacional da DFC

- (A) recebimento de juros sobre capital próprio; desembolso para adiantamento a fornecedores; resgate de aplicações financeiras.
 (B) depreciação; aumento do saldo de impostos a recolher; recebimento de empréstimos de capital de giro.
 (C) vendas de mercadorias à vista; compra de estoque à vista; pagamento de fornecedores.
 (D) receita de equivalência patrimonial; receita com venda de participações societária; adiantamento para futuro aumento de capital.
 (E) redução do saldo da conta de clientes; compra de fornecedores a prazo; recebimento de adiantamento de clientes.

QUESTÃO 53

A Companhia Lentidão S.A. adquiriu uma máquina para fabricação de meias para vender junto com os tênis que a empresa já vende. A máquina foi entregue na sede da empresa no dia 05/05/X1. No dia 12/05/X1 a máquina foi instalada e ficou pronta para ser utilizada. Como demorou para chegar a matéria-prima, a máquina só foi utilizada pela primeira vez em 20/05/X1. A produção na capacidade máxima só ocorreu a partir do dia 01/06/X1. As vendas ficaram acima do esperado. Então a administração da empresa, no dia 14/07/X1, decidiu terceirizar a produção e desativar a máquina. A produção do último lote de meias ocorreu no dia 30/07/X1, porém a máquina permaneceu instalada para atender pedidos adicionais até o dia 15/08/X1, quando a administração decidiu que o melhor negócio seria vender a máquina. A máquina permaneceu na empresa até o dia 20/11/X1, quando finalmente foi vendida e a propriedade foi repassada para outra empresa.

Considerando os fatos acima e que a empresa utiliza o critério de período de tempo para estimar a vida útil de seus imobilizados, a data inicial e a data final em que a empresa depreciou o ativo, respectivamente, são

- (A) 05/05/X1 e 14/07/X1
 (B) 05/05/X1 e 30/07/X1
 (C) 12/05/X1 e 15/08/X1
 (D) 20/05/X1 e 20/11/X1
 (E) 01/06/X1 e 20/11/X1

QUESTÃO 54

O funcionário João fez um inventário físico de imobilizado. Primeiramente, ele imprimiu um relatório auxiliar com a listagem contendo a descrição e o valor de cada item do imobilizado. Em seguida, verificou que os valores estavam iguais aos saldos do balancete da empresa. Ao tentar identificar fisicamente todos os itens, constatou que faltava um computador. Ao questionar os funcionários do departamento de informática, João descobriu que o computador havia sido levado para o conserto, mas como o custo para voltar a funcionar seria muito alto, o responsável do departamento de informática resolveu descartá-lo.

Os saldos contabilizados em relação ao computador em questão eram

Imobilizado – Computador – R\$ 2.000,00

Depreciação acumulada – Computador – R\$ 1.300,00

Considerando as práticas contábeis atuais, João deverá efetuar os seguintes lançamentos contábeis

- (A) D – outras despesas operacionais (DRE) – R\$ 700,00
 D – depreciação acumulada (Ativo) – R\$ 1.300,00
 C – imobilizado (Ativo) – R\$ 2.000,00
 (B) D – resultado não operacional (DRE) – R\$ 700,00
 D – depreciação acumulada (Ativo) – R\$ 1.300,00
 C – imobilizado (Ativo) – R\$ 2.000,00
 (C) D – despesa não operacional (DRE) – R\$ 700,00
 D – depreciação acumulada (Ativo) – R\$ 1.300,00
 C – imobilizado (Ativo) – R\$ 2.000,00
 (D) D – lucros acumulados (Patrimônio Líquido) – R\$ 700,00
 D – depreciação acumulada (Ativo) – R\$ 1.300,00
 C – imobilizado (Ativo) – R\$ 2.000,00
 (E) D – operações descontinuadas (DRE) – R\$ 700,00
 D – depreciação acumulada (Ativo) – R\$ 1.300,00
 C – imobilizado (Ativo) – R\$ 2.000,00

QUESTÃO 55

A entidade deve avaliar, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. No que tange ao ajuste para perdas por desvalorização de ativos, avalie os eventos a seguir:

- I. Um incêndio destrói o estoque de uma papelaria, acarretando uma perda de R\$ 10.000.000,00.
- II. Uma enchente destrói as máquinas de uma indústria, acarretando uma perda de R\$ 100.000.000,00.
- III. Um meteoro destrói os veículos à venda em uma concessionária, acarretando uma perda de R\$ 90.000.000,00.

O(s) evento(s) passível(is) de redução ao valor recuperável de ativos é (são)

- (A) I e II
- (B) I, II e III
- (C) II e III
- (D) II
- (E) III

QUESTÃO 56

A empresa Gatunos SA adquiriu um elevador por R\$ 12.000,00, com vida útil estimada de 10 anos. Para atender às exigências de segurança estabelecidas pela empresa, o elevador, apesar de recebido em 31 de março de 2014, só entrará em operação quando a equipe de TI da Gatunos SA concluir o projeto de um sistema capaz de reconhecer as intenções do usuário do elevador. Uma peculiaridade exigida para a finalização do software, e sua efetiva entrada em operação, é que ele seja capaz de alertar os diretores da empresa na eventualidade de um cão da raça Rottweiler entrar no elevador. Nesse caso, o software, além de avisar os diretores, deve ser capaz de desativar a movimentação do elevador, retendo-o no 13º andar. O contrato de trabalho com a equipe de TI, que conta com 10 engenheiros formados no M.I.T., vai até 31 de março de 2016, mas não há garantias de que poderá concluí-lo, sequer cogita-se entregá-lo parcialmente. Apesar disso, a empresa gastou em abril de 2014 o total de R\$ 1.000.000,00 com o salário da equipe, além de outros R\$ 1.000.000,00 com a parte física (câmera, infravermelho e fios de ouro, por ser um ótimo condutor) para elaboração do software. A empresa tem expectativa de que, se concluído, o projeto poderá ser vendido para uma das gigantes de tecnologia por R\$ 100.000.000,00 e, inclusive, afirma que já possui compradores interessados. Em relação aos fatos aqui narrados, as demonstrações contábeis da Gatunos referentes ao dia 30 de abril de 2014, devem apresentar ao menos

- (A) i) depreciação acumulada do elevador, no montante de R\$ 100,00; ii) ativo intangível em elaboração, totalizando R\$ 2.000.000,00.
- (B) i) ativo imobilizado em andamento – elevador, no montante de R\$ 12.000,00; ii) despesa com salários da equipe de TI, no montante de R\$ 1.000.000,00.
- (C) i) ativo intangível em elaboração, totalizando R\$ 1.000.000,00; ii) despesa com salários da equipe de TI, no montante de R\$ 1.000.000,00.
- (D) i) ativo imobilizado em andamento – elevador, no montante de R\$ 12.000,00; ii) depreciação acumulada do elevador, no montante de R\$ 100,00.
- (E) i) material de consumo (câmera, infravermelho e fios de ouro), totalizando R\$ 1.000.000,00; ii) despesa com salários da equipe de TI, no montante de R\$ 1.000.000,00.

QUESTÃO 57

Considere as informações apresentadas resumidamente no quadro abaixo em relação às empresas TDK e KDT.

GRUPOS	TDK	KDT
Ativo circulante (AC)	600	500
Ativo não circulante (ANC)	360	250
Total do Ativo	960	750
Passivo Circulante (PC)	660	300
Patrimônio Líquido (PL)	300	450
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	960	750

Sabe-se que a empresa TDK detém 80% do capital de KDT, que é sua controlada. A KDT é 100% dependente da produção da empresa TDK e ambas não mantinham estoques na data em que as informações acima foram coletadas. A dívida da empresa KDT com seu fornecedor representa 80% do seu exigível.

Após os procedimentos de consolidação, o valor do ativo não circulante, do passivo circulante e da participação dos acionistas não controladores são, respectivamente

- (A) 610, 240, 60
- (B) 250, 960, 90
- (C) 250, 720, 60
- (D) 610, 960, 90
- (E) 250, 720, 90

QUESTÃO 58

Um grupo de pessoas resolveu dar início a um negócio utilizando a Internet. Os companheiros, agora sócios da mais nova “.com” do território nacional foram ousados e com menos de 2 anos já haviam realizado I.P.O. na bolsa de valores. O nome fantasia escolhido diz tudo sobre a empresa: Doefácil Brasil. Para construir sua sede, a empresa contou com aporte de recursos do governo no montante de R\$ 1,5 mil. O recurso foi depositado na conta da empresa em uma única parcela, no ato da assinatura do termo de subvenção. O governo brasileiro entendeu que a atividade da empresa seria benéfica para a economia local e adicionou uma cláusula condicional ao contrato para estimular o seu crescimento. Caso não cumpra a decisão, o pagamento do empréstimo acontecerá ao final de 36 meses, em cota única. Em síntese, caso conseguisse empregar 3 presos condenados pela Justiça ao regime semiaberto no prazo de 1 ano, receberia perdão da dívida. O contrato foi celebrado com taxas de juros de 3% ao mês. Ocorre que a empresa ainda aguarda a decisão do Juiz sobre a oferta de emprego ao terceiro condenado. Entretanto, o prazo dado pelo governo para cumprir a condição de geração de empregos venceu ontem. Assim, sobre os recursos provenientes dessa transação, as demonstrações contábeis da Doefácil, hoje deveriam reportar

- (A) uma nota explicativa informando que seu corpo jurídico aconselhou que o passivo não foi reconhecido por julgar que ainda é possível o perdão da dívida.
- (B) R\$ 1,5 mil em seu passivo circulante, mensurado a valor justo.
- (C) um passivo não circulante, ajustado ao valor presente.
- (D) um ativo imobilizado decorrente da aplicação do montante de R\$ 1,5 mil, acompanhado de conta redutora da respectiva subvenção governamental.
- (E) uma perda de R\$ 1,5 mil em seu resultado, decorrente do descumprimento da condição colocada para subvenção governamental.

QUESTÃO 59

São apresentadas, a seguir, três situações que possuem reflexos em registros e demonstrações contábeis, a saber:

i) Parcela de juros embutida em uma operação de venda com vencimento em 180 dias; ii) aquisição de direito de exploração de serviços aeroportuários; e iii) terreno recebido em doação para construção da futura sede da empresa, sem exigência de contrapartida.

Para fins de reporte da informação contábil, a classificação correta das três situações acima, de forma respectiva, é

- (A) i) ajuste a valor presente; ii) intangível; e iii) reserva de incentivos fiscais.
 (B) i) receita financeira comercial; ii) investimentos; e iii) imobilizado.
 (C) i) contas a receber; ii) intangível; e iii) reserva de incentivos fiscais.
 (D) i) ajuste a valor presente; ii) intangível; e iii) investimentos.
 (E) i) receita financeira comercial; ii) investimentos; e iii) reserva de capital.

QUESTÃO 60

“O governo praticamente dobrou os restos a pagar processados de 2013 para 2014. A postergação do pagamento dessas despesas, que no ano passado tinha ficado em R\$ 26,3 bilhões, passou para R\$ 51,3 bilhões. Ao mesmo tempo, aumentou para R\$ 4,1 bilhões o valor das ordens bancárias emitidas nos últimos dias de dezembro destinadas ao pagamento de investimentos. Assim, esses gastos só impactaram o caixa do Tesouro nos primeiros dias de janeiro. Se esses dois movimentos não tivessem ocorrido, o superávit primário do governo federal em 2013 - R\$ 75 bilhões - teria sido bem menor”.

(<http://www.valor.com.br/brasil/3388128/restos-pagar-dobram-e-elevam-superavit>)

Sobre o procedimento relativo aos restos a pagar processados e os fatos enunciados no texto, é correto afirmar que

- (A) a contabilidade aplicada ao setor público utiliza o regime misto para as despesas e de caixa para as receitas.
 (B) a variação positiva de R\$ 25 bilhões é equivalente ao montante de despesas empenhadas liquidadas a pagar.
 (C) a variação positiva de R\$ 4,1 bilhões relativa a ordens bancárias emitidas nos últimos dias de dezembro de 2013 destinadas ao pagamento de investimentos é explicada pelo adiamento da emissão do empenho para os primeiros dias de janeiro de 2014.
 (D) para que a variação da conta de restos a pagar processados fosse negativa em R\$ 25 bilhões em relação ao ano de 2013, bastaria que a liquidação da despesa tivesse ocorrido antes de 31 de dezembro do mesmo ano.
 (E) a situação relatada poderia ser resolvida caso a Contabilidade Aplicada ao Setor Público utilizasse o regime de competência para as despesas orçamentárias.

QUESTÃO 61

“[...] Em entrevista exclusiva ao Valor, Augustin rebateu as críticas de economistas e do mercado financeiro. O secretário negou que despesas tenham sido transferidas de 2013 para o início desse ano com o objetivo de aumentar o resultado fiscal. [...]

[...]

Valor: Vamos dar um caso concreto. A despesa de R\$ 1,5 bilhão com subsídios do programa Minha Casa, Minha Vida foi empenhada em julho do ano passado e só foi pago no dia 3 de janeiro deste ano. Poucos dias depois do encerramento do exercício de 2013.

Augustin: Essa despesa era devida quando? O que define o dia do pagamento não é o empenho. É se a obra foi feita, se a fiscalização da Caixa foi lá [nas obras]. Os pagamentos para o Minha Casa, Minha Vida são valores globais e não somos nós que fazemos isso. É a Caixa que faz. Eles é que fazem os controles, as fiscalizações etc. e eles têm o cronograma de pagamento. Fizemos pagamento em dezembro, em janeiro e vamos pagar em fevereiro.

[...]

(<http://www.valor.com.br/brasil/3394334/valor-dos-restos-pagar-nunca-foi-r-513-bi>)

No setor público brasileiro, o empenho

- (A) é o ato emanado de autoridade competente que obriga o Estado a executar o pagamento de despesa orçamentária, com ou sem implemento de condição.
 (B) com implemento de condição é aquele derivado de obrigação legal.
 (C) ordinário é utilizado para operacionalizar o pagamento de despesas com montante previamente conhecido, mas de pagamento parcelado.
 (D) por estimativa é indicado para atender despesas cujo prazo de pagamento é incerto.
 (E) deve ser emanado pelo ordenador de despesa, assim qualificado aquele que detém a autoridade competente para esse fim.

QUESTÃO 62

No orçamento de Barbosópolis do Canto as despesas empenhadas até novembro de 2013 atingiram o montante de \$ 95.000,00.

De acordo com o portal da transparência, em Dezembro de 2013 outros estágios da despesa foram cumpridos, a saber:

- liquidação: \$ 80.000,00; e
- pagamento: \$ 55.000,00.

Sabe-se ainda que a despesa fixada daquele município para 2013 foi de \$ 100.000,00. A partir do conjunto de informações disponíveis, ao final de 2013 o contador afirmou que os restos a pagar

- (A) não processados totalizaram \$ 45.000,00.
 (B) totalizaram \$ 25.000,00.
 (C) processados totalizaram \$ 25.000,00.
 (D) processados totalizaram \$ 40.000,00.
 (E) totalizaram \$ 15.000,00.

QUESTÃO 63

A Defensoria Pública (DP) contratou a empresa Antenada para prestar serviços de videoconferência por meio da tecnologia VOIP, cujo contrato vigorou a partir de janeiro de 2013. O número de audiências e a quantidade de megabytes consumidos é que determinam o valor cobrado mensalmente. Caso não haja consumo em determinado mês, a DP deve arcar com a tarifa mínima pela disponibilidade do sistema, avençada em R\$ 2.000,00. Conforme previsão contratual, a empresa Antenada verifica o consumo e envia um boleto bancário para que o setor de contabilidade da DP providencie o pagamento. O pagamento deve ocorrer no último dia útil do mês a que se refere o consumo. Em abril de 2014, a empresa Antenada enviou ao setor de contabilidade da DP uma carta de quitação relativa ao ano de 2013, com as seguintes informações:

Referência	Valor devido	Valor pago
Janeiro	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00
Fevereiro	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Março	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Abril	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Maio	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Junho	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Julho	R\$ 2.000,00	Não consta pagamento
Agosto	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Setembro	R\$ 13.000,00	R\$ 13.000,00
Outubro	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Novembro	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Dezembro	R\$ 2.000,00	Não consta pagamento

Ainda na carta de quitação, a empresa Antenada esclareceu que, devido a uma falha do administrador, o boleto de cobrança correspondente aos meses de julho e dezembro de 2013 não foram emitidos no momento apropriado. Por tal motivo, gerou um boleto para cobrança extemporânea no valor total de R\$ 4.000,00, referente aos dois meses em atraso. Ocorre que na DP os responsáveis pela execução orçamentária cancelaram o saldo de empenho remanescente de 2013, sob orientação do auditor, sem atentar para a falha da empresa Antenada.

Ao receber a cobrança retroativa, a primeira providência foi enviar uma consulta ao auditor, pois o ordenador da despesa ficou inseguro sobre o que deveria fazer. Entre cinco alternativas conjecturadas, o auditor indicou que o procedimento correto é

- recorrer judicialmente contra a empresa Antenada no intuito de cancelar a cobrança, uma vez que o saldo de empenho remanescente de 2013 foi cancelado.
- encaminhar o caso ao Conselho Superior, solicitando autorização para liberação de recursos do Fundo Especial da Defensoria Pública Geral para liquidar a dívida.
- classificar o débito como despesa de exercícios anteriores.
- recorrer administrativamente junto a empresa Antenada, sob argumento de que a realização de despesa sem prévio empenho não é legalmente permitida.
- acatar a cobrança retroativa, com pagamento no prazo determinado pela empresa, sob a rubrica de restos a pagar.

QUESTÃO 64

Quando há concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é

- liquidada e paga no ato da concessão, mas o efetivo registro da variação patrimonial aumentativa só ocorre com a prestação de contas do suprido.
- paga no ato da concessão, mas a liquidação e o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva só ocorrem com a prestação de contas do suprido.
- liquidada no ato da concessão, mas o pagamento e o efetivo registro da variação patrimonial aumentativa só ocorre com a prestação de contas do suprido.
- liquidada e paga no ato da concessão, mas o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva só ocorre com a prestação de contas do suprido.
- paga no ato da concessão, mas a liquidação e o efetivo registro da variação patrimonial aumentativa só ocorrem com a prestação de contas do suprido.

QUESTÃO 65

Um órgão público foi contemplado com dotação orçamentária para a aquisição de 10 elevadores panorâmicos. No que tange à sua Categoria Econômica, a seu Grupo de Natureza da Despesa e ao seu elemento de despesa, os recursos dessa dotação correspondem respectivamente a

- despesas correntes / investimentos / obras e instalações.
- despesas de capital / obras e instalações / equipamentos e material permanente.
- despesas de capital / investimentos / obras e instalações.
- despesas de capital / investimentos / equipamento e material permanente.
- despesas correntes / obras e instalações / equipamentos e material permanente.

QUESTÃO 66

O 13º salário, a ser pago no final do ano, deve ser reconhecido a cada mês trabalhado. Nesse caso, há uma variação patrimonial

- diminutiva, que é reconhecida antes da ocorrência da arrecadação da receita orçamentária.
- aumentativa, que é reconhecida antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária.
- diminutiva, que é reconhecida após a ocorrência da liquidação da despesa orçamentária.
- aumentativa, que é reconhecida após a ocorrência da arrecadação da receita orçamentária.
- diminutiva, que é reconhecida antes da ocorrência da liquidação da despesa orçamentária.

QUESTÃO 67

A contabilidade aplicada ao setor público se utiliza de contas escrituradas nos sistemas orçamentário, patrimonial, custos e de compensação. Um único fato contábil pode gerar, simultaneamente, lançamentos em contas de diversos sistemas, mas a contrapartida de cada uma das contas deverá ser, necessariamente, em outra conta do mesmo sistema. Indique a alternativa que reúne fatos contábeis ou eventos econômicos que exigem lançamentos no sistema de compensação

- arrecadação de receita orçamentária.
- compra de um caminhão à vista, mediante a transferência de recursos de convênio.
- compra de uma casa, com pagamento imediato, conforme contrato de fornecimento.
- aquisição de material de consumo para estoque.
- pagamento de dívida fundada.

QUESTÃO 68

O Ministério Público de Goiabópolis (MPG) decidiu colaborar com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), especialmente no que se refere à execução de recursos orçamentários. Para tanto, cedeu seu mais gabaritado servidor, o Sr. Desmentinos Torpes ao DPRJ, com ônus ao órgão cessionário. O único impasse está relacionado ao fato de que o MPG efetua o pagamento antecipadamente aos seus servidores. Nesse caso, sempre que ocorrer o ressarcimento, o lançamento a ser realizado pelo contador do MPG é

	Código da conta	Título da conta
(A)	D 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional
	C 1.1.x.x.x.xx.xx	Ativo circulante (créditos por cessão de pessoal)

	Código da conta	Título da conta
(B)	D 2.1.1.1.x.xx.xx	Pessoal a pagar
	D 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalente de caixa em moeda nacional

	Código da conta	Título da conta
(C)	D 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional
	C 3.1.1.x.x.xx.xx	Remuneração de pessoal

	Código da conta	Título da conta
(D)	D 3.1.1.x.x.xx.xx	Remuneração de pessoal
	C 2.1.x.x.x.xx.xx	Pessoal a pagar

	Código da conta	Título da conta
(E)	D 1.1.1.1.x.xx.xx	Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional
	C 3.1.1.x.x.xx.xx	Remuneração de pessoal

QUESTÃO 69

O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, de acordo com a NBC T16, abrange

- (A) o Conselho Federal de Contabilidade, parcialmente em seu escopo.
- (B) as Organizações Não Governamentais, integralmente em seu escopo.
- (C) as autarquias, parcialmente em seu escopo.
- (D) o Conselho Federal de Contabilidade, integralmente em seu escopo.
- (E) as Organizações Não Governamentais, parcialmente em seu escopo.

QUESTÃO 70

Às vésperas de julho de 2014, quando acontecerá a abertura oficial da Copa do Mundo de Tomatebol, o Rei de Brascopa decretou estado de comoção intestina no país por conta da forte reação popular, que tornou insustentáveis a situação nas ruas e lavouras. Os brasopolitanos incendiaram todas as plantações de tomate financiadas com recursos do governo e seus gritos de ordem alardeavam o descontentamento da população com o desperdício de recursos públicos aplicados no plantio da fruta. A escassez desse produto no mercado foi a gota d'água para uma convulsão social nunca antes vista nessa região, uma vez que toda a produção do ano será reservada aos povos de outras tribos que participarão do evento. Nesse contexto, o governo central, que dispõe de autonomia orçamentária e financeira, recorreu a abertura de créditos adicionais extraordinários para importar tomates da Antuérpia, mundialmente conhecida pela produção de tomates brilhantes. Cabe mencionar que Brascopa, desde 1994, manteve-se em equilíbrio fiscal e que, em 2014, tem acumulado déficit em sua arrecadação.

Considerando que a Lei 4.320/64 também vigora nesse país, no que concerne aos créditos adicionais extraordinários em questão, é correto afirmar que a abertura pretendida pelo governo central de Brascopa será

- (A) baseada no superávit financeiro do ano anterior e não depende de autorização do Poder Legislativo, uma vez que, sob estado de comoção intestina, se destina a uma despesa urgente e imprevista.
- (B) consubstanciada na anulação total ou parcial de créditos que estejam aprovados na LOA, mesmo já comprometidos.
- (C) autorizada por lei e aberta por decreto executivo, dependendo da indicação da fonte de recursos.
- (D) vigente por intermédio de decreto do Poder Executivo, que deverá, imediatamente, informar o Poder Legislativo sobre o assunto, mesmo considerando o déficit de arrecadação no ano corrente.
- (E) negada, pois não houve dotação orçamentária específica, mesmo que fosse possível a anulação total ou parcial de créditos que estejam aprovados na LOA.

ORIENTAÇÃO: As questões que mencionam o estado de Piedade devem ser respondidas com base nos dados a seguir.

A partir de informações disponíveis na contabilidade do estado de Piedade, o contador resolveu organizar um relatório complementar, apenas com o montante de despesas orçamentárias ele estava em dúvida sobre a classificação em termos de categoria econômica

Gastos	Valor
Auxílio alimentação	R\$ 200.000,00
Serviços de terceiros	R\$ 160.000,00
Pagamento da dívida pública	R\$ 330.000,00
Material bibliográfico de biblioteca de propósito específico – projeto de pesquisa	R\$ 230.000,00
Pagamento de pessoal – servidores efetivos	R\$ 300.000,00
Constituição de fundos rotativos	R\$ 100.000,00

QUESTÃO 71

Dentre os gastos elencados pelo contador do estado de Piedade, o total de despesas de capital corresponde a

- (A) 390.000,00
- (B) 560.000,00
- (C) 660.000,00
- (D) 430.000,00
- (E) 360.000,00

QUESTÃO 72

Dentre os gastos elencados pelo contador do estado de Piedade, o total de despesas correntes corresponde a

- (A) 390.000,00
- (B) 560.000,00
- (C) 660.000,00
- (D) 430.000,00
- (E) 360.000,00

ORIENTAÇÃO: As questões que mencionam o texto “Processo de Aprovação de Orçamento” devem ser respondidas com base nos dados a seguir.

Processo de Aprovação de Orçamento

“A presidente Dilma Rousseff sancionou com vários vetos o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União para 2014, na virada da quinta para esta sexta-feira. Nenhum deles, entretanto, atingiu o artigo 52, que torna obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação de despesas incluídas no orçamento por emendas parlamentares individuais.

A LDO resultante da sanção parcial foi publicada em edição extra do ‘Diário Oficial da União’ que circula hoje com data de ontem. Ao converter o projeto na Lei 12.919/2013 preservando a regra do ‘orçamento impositivo’, a presidente cumpriu acordo firmado com o Congresso para viabilizar politicamente a aprovação da lei orçamentária de 2014, concluída na madrugada do último dia 18. O Congresso só aprovou a proposta para a LDO de 2014 em novembro passado, quando o orçamento do ano que vem já estava em fase avançada de tramitação. Um dos motivos da demora foi a polêmica em torno da regra do orçamento impositivo, que também é objeto de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC).”

(<http://www.valor.com.br/politica/3381006/dou-publica-ldo-2014-vetos-de-dilma-nao-atingem-orcamento-impositivo>)

QUESTÃO 73

Considerando as circunstâncias envolvendo o trâmite da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2014 relatadas no texto “Processo de Aprovação de Orçamento”, é correto afirmar que a sua elaboração foi orientada pela

- (A) disponibilidade na pauta de votações do Congresso Nacional em 2013.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014.
- (C) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2001.
- (D) aprovação da regra relativa ao “orçamento impositivo” para 2014.
- (E) lei que instituiu o Plano Plurianual para o período 2011-2014.

QUESTÃO 74

Considerando as circunstâncias envolvendo o trâmite da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 relatadas no texto “Processo de Aprovação de Orçamento”, é correto afirmar que

- (A) o poder executivo deve enviá-la ao Congresso até o dia 30 de junho.
- (B) o poder legislativo deve aprová-la até o dia 31 de agosto.
- (C) deve ser aprovada até dezembro, mas essa prática não é obrigatória.
- (D) se não aprovada pelo poder legislativo até 30 de junho, o congresso não pode ter recesso em julho.
- (E) o poder executivo deve enviá-la ao Congresso até o dia 31 de agosto.

QUESTÃO 75

“O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes disse, nesta quarta-feira (18), que vai propor ao plenário do tribunal, na próxima quarta-feira (25), uma auditoria preventiva nos aeroportos brasileiros. A decisão foi tomada após o acidente com o Airbus 320, da TAM, em São Paulo.”

(<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL72589-5605,00-TCU+DEVE+PEDIR+AUDITORIA+EM+AEROPORTOS.html>)

Conceitualmente, auditorias preventivas são aquelas realizadas:

- (A) com o objetivo de oferecer propostas alternativas de soluções e montagem de cenários possíveis sobre processos e resultados no horizonte temporal presente/futuro.
- (B) com o objetivo de atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma matéria auditável, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- (C) com o objetivo de emitir opinião sobre a legalidade, a legitimidade, a impessoalidade, a publicidade, a motivação, a eficácia, a eficiência, a economicidade, a razoabilidade, a qualidade e a efetividade dos atos e fatos já ocorridos em uma organização.
- (D) que diz respeito apenas a períodos certos, geralmente semestrais ou anuais ou mesmo quinquenal, não possuindo características de continuidade quanto a pontos de partida das verificações, mas observando isoladamente determinados períodos.
- (E) com o objetivo de avaliar os procedimentos e mecanismos de controle adotados por uma organização, certificando a sua regularidade.

QUESTÃO 76

Analise as seguintes afirmativas sobre os papéis de trabalho de auditoria:

- I. Devem ser arquivados com relação ao seu tipo: permanente, confidencial e corrente.
- II. Tem como, uma de suas finalidades evidenciar o trabalho feito e as conclusões emitidas.
- III. Os papéis de trabalho que não contenham inconformidades nos testes ou que não sejam conclusivos devem ser removidos e arquivados à parte dos demais papéis de trabalho.

Assinale se

- (A) somente I estiver correta.
- (B) somente I e II estiverem corretas.
- (C) I, II e III estiverem corretas.
- (D) somente II estiver correta.
- (E) somente III estiver correta.

QUESTÃO 77

Os meios à disposição do auditor para a seleção de itens em um teste de auditoria são:

- (a) seleção de todos os itens (exame de 100%);
- (b) seleção de itens específicos; e
- (c) amostragem de auditoria.

Com relação ao procedimento de amostragem, analise as afirmativas a seguir:

- I. A amostragem em trabalhos de auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística como a estatística.
- II. Amostragens aleatórias simples, estratificadas e por conglomerados são métodos de seleção probabilísticos.
- III Quando as características da população são de fácil mensuração, o apropriado é fazer uma amostragem probabilística.
- IV. Os maiores valores de uma população sempre devem ser analisados, mesmo quando se utilize uma amostragem estatística.

Está(ão) correta(s) somente a(s) afirmativa(s)

- (A) I
- (B) I e II
- (C) II e III
- (D) III e IV
- (E) I, III e IV

QUESTÃO 78

Ao receber a denúncia de um funcionário de que um gerente de vendas estava cobrando uma comissão para antecipar envio de mercadorias para alguns clientes e, conseqüentemente, atrasando o de outros, a Auditoria Interna fez um exame de inspeção, verificando notas fiscais, pedidos de compra e recibo de pagamento. A Auditoria Interna não identificou nenhuma distorção. Considerando esses fatos, o teste mais adequado para a identificação da suposta fraude é

- (A) nenhum, o teste já realizado permite concluir que a empresa não sofreu prejuízos.
- (B) nenhum, a auditoria interna deve utilizar a denúncia como evidência e solicitar o desligamento das pessoas envolvidas.
- (C) testes substantivos.
- (D) teste de materialidade, considerando só as transações com valores mais relevantes.
- (E) testes de investigação e confirmação.

QUESTÃO 79

Sobre o relacionamento profissional do auditor interno com profissionais de outras áreas, é correto afirmar que

- (A) o auditor interno pode realizar trabalhos de forma compartilhada com profissionais de outras áreas, situação em que a equipe fará a divisão de tarefas, segundo a habilitação técnica e legal dos seus participantes.
- (B) o auditor interno sempre deve realizar trabalhos com equipes distintas, de forma a ampliar ao máximo o escopo dos trabalhos e assim diminuir a possibilidade de fraudes.
- (C) o auditor interno em nenhuma hipótese pode se envolver em trabalhos conjuntos com outras equipes e áreas, pois deve resguardar as técnicas e procedimentos dos trabalhos de forma a manter os testes realizados eficazes contra fraudes.
- (D) todos os trabalhos da auditoria interna elaborados com outras áreas devem ser obrigatoriamente coordenados pelos auditores internos e o relatório final deve ficar restrito à área de auditoria interna e ao Conselho de Administração da entidade.
- (E) os auditores só realizam trabalhos conjuntos com outras áreas quando são convidados e sob orientação do Comitê de Auditoria.

QUESTÃO 80

O auditor, ao verificar os processos de uma Unidade, identificou que o Chefe de Departamento tem permissão e competência para efetuar compras para seu departamento e autorizar o pagamento correspondente, entretanto os pagamentos são autorizados por uma outra área independente.

A respeito do ocorrido, é correto afirmar que

- (A) o ponto identificado pelo auditor não representa risco.
- (B) o auditor deve examinar documentos para verificar se existe risco ou não na Unidade auditada.
- (C) o auditor deve consultar o código de ética da Unidade para verificar se o processo como um todo infringe alguma norma.
- (D) existe um risco de segregação de função e esse risco precisa ser documentado e reportado pelo auditor.
- (E) aparentemente existe um risco de fraude e um especialista externo deve ser contratado para mensurar esse risco e identificar os mitigantes.

Realização

 **FGV PROJETOS**